



VLADIMIR ARAS

O GENOCÍDIO

**NO DIREITO INTERNO E NO
DIREITO INTERNACIONAL**


EDITORA
CEI

2023

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| | |
| CAPÍTULO 1: O CRIME DE GENOCÍDIO | 21 |
| 1 A origem do crime de genocídio | 21 |
| 2 O crime de genocídio | 25 |
| 3 Ataque generalizado ou sistemático a uma população | 26 |
| 4 Crime de perseguição e crime de genocídio | 27 |
| 5 Limpeza étnica e genocídio | 29 |
| 6 Genocídio político | 31 |
| 7 Genocídio cultural..... | 36 |
| 8 Genocídio capacitista | 39 |
| 9 Genocídio colonial | 41 |
| 10 Genocídio e democídio..... | 42 |
| 11 Negacionismo, genocídio e direito à verdade..... | 43 |
| | |
| CAPÍTULO 2: O REGIME JURÍDICO INTERNACIONAL CONTRA O CRIME DE GENOCÍDIO | 49 |
| 1 Introdução | 49 |
| 2 O genocídio na Convenção de Paris de 1948..... | 50 |
| 3 O genocídio no Estatuto de Roma de 1998 | 59 |
| 4 O standard de prova no crime de genocídio | 62 |
| 5 Responsabilidade de proteger (R2P) | 67 |
| 6 A natureza da Convenção de Paris de 1948 e seu status no direito interno | 70 |
| | |
| CAPÍTULO 3: O REGIME JURÍDICO BRASILEIRO CONTRA O GENOCÍDIO..... | 72 |
| 1 Introdução | 72 |
| 2 O tipo penal de genocídio | 73 |
| 3 Associação para a prática de genocídio | 77 |
| 4 Incitação ao genocídio | 78 |

| | |
|--|----|
| 5 As penas do crime de genocídio | 81 |
| 6 Causa especial de aumento de pena pela condição do agente..... | 83 |
| 7 Punição da tentativa..... | 84 |
| 8 O genocídio no Código Penal Militar | 85 |
| 9 O genocídio na Lei do Planejamento Familiar | 86 |
| 10 Sujeito ativo do crime de genocídio | 87 |
| 11 Sujeito passivo do crime de genocídio | 88 |
| 12 Bem jurídico no crime de genocídio | 92 |
| 13 Elemento subjetivo no crime de genocídio | 94 |
| 14 Concurso formal de crimes | 96 |
| 15 Genocídio por omissão..... | 97 |

CAPÍTULO 4: ASPECTOS PROCESSUAIS DO CRIME DE GENOCÍDIO ..99

| | |
|---|-----|
| 1 Introdução | 99 |
| 2 A investigação criminal do delito de genocídio | 100 |
| 3 O cabimento de prisão temporária e de prisão preventiva para o crime de genocídio | 101 |
| 4 Técnicas especiais de investigação e o crime de genocídio..... | 102 |
| 5 Acordos penais no crime de genocídio | 103 |
| 6 Jurisdição sobre o crime de genocídio | 107 |
| 6.1 Jurisdição do TPI sobre o crime de genocídio | 109 |
| 6.2 Jurisdição dos Estados soberanos para julgar o crime de genocídio | 110 |
| 7 Competência para o julgamento do crime de genocídio | 112 |
| 7.1 Qual a Justiça competente | 112 |
| 7.2 Qual o juízo competente: juízo singular ou o do júri | 114 |
| 7.3 Competência em caso de continência | 117 |
| 8 Anistia, graça e indulto | 118 |
| 9 Imprescritibilidade do genocídio | 120 |
| 10 Execução penal e genocídio | 127 |
| 11 Genocídio e cooperação internacional | 128 |
| 12 Medidas migratórias e o crime de genocídio | 131 |
| 13 Genocídio e refúgio | 131 |
| 14 Proibição do rechaço (<i>non-refoulement</i>)..... | 132 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 5: RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR GENOCÍDIO | 133 |
| 1 Introdução | 133 |
| 2 As obrigações positivas de prevenir e punir atos genocidários..... | 133 |
| 2.1 O dever estatal de prevenção | 134 |
| 2.2 O dever estatal de punição | 136 |
| 3 A dualidade da responsabilidade internacional por genocídio..... | 138 |
| 4 A responsabilidade internacional do Estado por genocídio nas cortes internacionais | 140 |
| 5 A responsabilidade internacional do Estado brasileiro no caso do genocídio ianomâmi de 2022 | 145 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 155 |